

**HABEAS CORPUS Nº 535.999 - RJ (2019/0290193-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : MATUSALEM LOPES DE SOUZA - RJ038754**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : ANDISSON GOMES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por ANDISSON GOMES DA SILVA, com pedido de liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. A defesa busca o relaxamento da prisão preventiva do paciente, sob a alegação de excesso de prazo. SEM RAZÃO A DEFESA: Paciente denunciado com os corréus por crime de latrocínio consumado – artigo 157 §3º, in fine do CP (vítima policial militar, morto a tiros, ao perceber que um taxista era mantido refém em seu veículo pelo trio e tentou socorrer a vítima) e associação criminosa armada (artigo 288 § único do CP). Não se pode ignorar a dificuldade com que se depara o Julgador, quando a prisão se dá em outra unidade da federação. Paciente evadiu-se do distrito de culpa, vindo a ser preso no Estado da Paraíba, sendo necessário o seu recambiamento. O paciente teve sua prisão decretada em 18/12/2009, sendo certo que o Mandado de Prisão somente foi cumprido em 27/10/2016. Foragido por quase 07 anos. Processo encontra-se com vista à Defesa para que se manifeste sobre a admissão de prova emprestada. A segregação acautelatória está alicerçada nos requisitos autorizadores da prisão preventiva, eis que fundamentada na manutenção da ordem pública, higidez da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal, devendo ser mantida, nos termos dos artigos 312 e 313, I, ambos do CPP. Nítido o esforço do Magistrado para agilizar a marcha processual. O que não se pode é devolver às ruas pessoa que, a ser verdadeira a imputação trazida na denúncia, representa fator de insegurança e risco às pessoas. Fato de gravidade extremada, estando o delito revestido de periculosidade, o que constitui incontestável ameaça à ordem social. ORDEM DENEGADA.

O paciente foi denunciado pela prática de latrocínio consumado e associação criminosa e, por ocasião do recebimento da denúncia, em **18/12/2009**, foi decretada a prisão preventiva. O mandado prisional foi cumprido, tão-somente, em **27/10/2016**, no Estado da Paraíba.

No presente *habeas corpus*, o paciente sustenta excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem.

Na origem, a ação penal n. 0407277-82.2009.8.19.0001 está na fase de instrução, constando certificação, em 25/11/2019, da oitiva de algumas testemunhas e a determinação de *abertura de vista à Defesa a fim de se manifestar se concordava com a oitiva das testemunhas faltantes sem a presença do réu e sobre a prova emprestada. Em fls. 833/838 a Defensoria Pública somente se pronunciou sobre a prova emprestada*, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo informações da autoridade apontada como coatora:

Venho, pelo presente, em atenção à determinação contida na decisão acima mencionada, prestar informações no habeas corpus impetrado em favor do ora paciente perante esse Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

O paciente foi responde ação penal pela prática dos delitos previstos nos artigos 157, §3º, parte final, e 288, parágrafo único, na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

Posteriormente foi denunciado e a exordial recebida em 18/12/2009, sendo certo que o paciente estivera foragido até outubro de 2016, quando foi capturado no estado da Paraíba.

Por decisão proferida em 07/02/2017, o Juízo de primeiro grau determinou a expedição de Carta Precatória para citação pessoal do paciente, bem como que se providenciasse as medidas necessárias para o seu recambiamento.

Em data de 17/07/2017, tendo em vista que não chegara aos autos nenhuma notícia acerca da citação do paciente, o Juízo de primeiro grau determinou-se que fosse feito contato com o Juízo deprecado para que se informasse sobre o cumprimento da Carta Precatória anteriormente expedida.

A defesa pleiteou junto ao Juízo de primeira instância a possibilidade de o paciente responder ao processo em liberdade, devido ao excesso de prazo da custódia cautelar. O pedido foi indeferido em 08/08/2017, confira-se:

Não vislumbro nenhum excesso de prazo injustificado na prisão do réu, que implique no reconhecimento da ilegalidade de sua prisão, eis que as peculiaridades do processo justificam o eventual prolongamento da marcha processual. Explico: o réu evadiu-se do distrito da culpa, vindo a ser preso no Estado da Paraíba, razão pela qual faz-se necessário seu recambiamento, assim como que todos os atos processuais sejam realizados através de expedição de cartas precatórias. Não obstante, o réu já foi citado e a instrução criminal se iniciará brevemente. Finalmente, observo que os prazos processuais comportam eventual dilação, diante da peculiaridades que se

apresentem na ação penal e desde que respeitados os critérios de razoabilidade e celeridade almejados pelo Poder Público. Por outro lado, ressalto que nenhum retardo na marcha processual pode ser imputado a este Juízo ou aos órgãos do Poder Judiciário, que vêm adotando todas as medidas que se fazem necessárias para imprimir a maior celeridade possível no trâmite processual. Aliás, observo que na verdade é a DPERJ que vem causando grande confusão no andamento do processo, na medida em que vem peticionando nos autos sem que até o momento tenha sido constituída pelo acusado ou formalmente designada por este Juízo para assisti-lo. Assim, extraia-se cópia de fl. 403 dando-se ciência ao Exmo. Presidente deste E. TJRJ, para adoção das medidas que se fizerem necessárias no âmbito de sua competência. Ademais, observo que o réu foi citado pessoalmente, mas não constituiu advogado até a presente data, razão pela qual nomeio nesta data a Defensoria Pública para assisti-lo e para apresentar a Resposta à Acusação, devendo informar, ainda, se tem oposição ao réu assistir aos atos processuais, assim como a eventualmente ser interrogado por videoconferência, diante da comunicação da Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro quanto à impossibilidade temporária de realizar seu recambiamento.

Ainda irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante este Tribunal, tendo a E. Desembargadora Relatora negado seguimento ao writ em 25/08/2017.

**Em 26/02/2018, a denúncia em relação ao paciente foi ratificada, designada a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/04/2018, e também determinada a ciência às partes, informando-as de que os elementos de provas contidos nos autos se encontravam disponibilizados para consulta, como forma de viabilizar a apresentação de alegações finais.**

**Acrésceta-se que o Juízo a quo em data de 26/03/2018 despachou determinando novas diligências no sentido de que fosse providenciada a realização de videoconferência e que também se solicitasse os antecedentes penais do paciente daquele estado da Federação.**

**Houve audiência em 25/04/2018 sendo essa redesignada para 13/06/2018 em razão da ausência injustificada da testemunha policial.**

**Na data aprazada, a defesa requerera a presença do paciente como forma de assegurar a ampla defesa e o contraditório. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público para manifestação e a audiência foi encerrada.**

**Por decisão proferida em 18/06/2018 designou-se nova audiência para 22/08/2018 determinando-se expedição de Carta Precatória para a Comarca de Campina Grande/PB com a finalidade de que fosse realizada videoconferência.**

**Ocorre que em data de 01/08/2018 o magistrado fora informado de que haveria a possibilidade de realização de recambiamento do paciente pelo GESIPE desde que houvesse autorização de ambos os Juízos e que o prazo máximo seria de 30 (trinta) dias.**

**Diante dessa informação o magistrado retirou o feito da pauta e**

**determinou que se diligenciasse no sentido de efetivar o recambiamento do paciente.**

**No entanto, fora constatada dificuldades financeiras da Secretaria de Administração Penitenciária deste estado para a realização do recambiamento do paciente e, após verificar a possibilidade de um convênio com o comando da aeronáutica, o Juízo a quo, em 27/02/2019, determinou que se oficiasse a esta Presidência solicitando a adoção de medidas que viabilizem o ato.**

**A fim de dar celeridade ao feito, o Juízo de primeiro grau em 17/04/2019 determinou que fossem feitas diligências junto à unidade prisional em que se encontrava o paciente e também junto à Secretaria de Segurança Pública daquele estado, a fim de saber qual a unidade prisional mais próxima de onde ele se encontrava que operava sistema de vídeo conferencia solicitando, inclusive, que se estabelecessem esforços para a realização de audiência utilizando o referido sistema., também determinou que se diligenciasse, junto ao Departamento competente deste Tribunal sobre eventual viabilidade de conexão com a comarca de Campina Grande, estado da Paraíba.**

A defesa pleiteou perante o Juízo de primeira instância o relaxamento da prisão preventiva. O pedido foi indeferido em 05/06/2019, sob o fundamento que se segue:

1- Trata-se de pedido de relaxamento da prisão formulado pela Defesa do acusado ANDISSON GOMES DA SILVA, às fls. 740/740vº. Instado a se manifestar o Ministério Público posicionou-se contrariamente àquela pretensão, pelos fundamentos expostos às fls. 741/743. Realmente, conforme bem salientou a Drª Promotora de Justiça, constata-se que continuam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva. A instrução criminal encontra-se em seu limiar, e desta forma, a soltura do acusado, nesta fase da instrução probatória se mostra prematura. Registre-se que o acusado está respondendo por crimes de extrema gravidade, razão pela qual se mostra necessária a custódia cautelar como garantia da ordem pública, evitando-se a reiteração de práticas delituosas.

Narra a denúncia que o acusado, juntamente com outros três indivíduos, subtraíram o táxi da vítima ARTUR DA SILVA PINTO, sob o pretexto de realizarem uma corrida, e, mediante restrição da liberdade do mesmo, que se encontrava na mira de armas de fogo, ordenaram que a vítima os conduzisse até um hotel. Em lá chegando, o acusado ANDISSON avistou o policial militar CÉSAR PACHECO DE ARAÚJO na recepção do estabelecimento, e retornou para o táxi. De acordo com a inicial acusatória, a vítima avistou o táxi com os elementos armados e ordenou que todos os indivíduos saíssem do veículo, oportunidade em que foi alvejada por disparos de arma de fogo. Desse modo, não assiste razão à Defesa do acusado, uma vez que, há tempo, se encontra assentado na jurisprudência que tal prazo é flexível, à luz do princípio da razoabilidade e da reserva do possível, sendo notória que eventual demora para o término da instrução se encontra justificada, pelo que

se aplica a Sum. 64 do STJ, ao caso em foco. Por fim, cabe ressaltar que diante das circunstâncias do caso, acima demonstradas, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares não atenderia as finalidades da lei, sendo a medida extrema a única possível. Por estes motivos, e por aqueles expendidos pela douta Promotora de Justiça, que com a devida vênia ficam fazendo parte integrante desta decisão, INDEFIRO o pleito libertário de fls. 740/740vº. 2- Tendo em vista a impossibilidade de realização de AIJ por videoconferência, como se vê na Assentada de fls. 627, a impossibilidade de recambiamento do acusado ANDISSON para o Estado do Rio de Janeiro (fls. 403), e, ainda, a manifestação do patrono do réu, de que considera imprescindível a presença do réu no ato, como se vê na Assentada de fls. 607, encaminhem-se os autos ao Ministério Público, COM URGÊNCIA, para dizer se insiste na oitiva das testemunhas ROGÉRIO JOSÉ DA SILVA e ARTUR DA SILVA PINTO.

Sob alegação de que o paciente sofrera constrangimento ilegal, por excesso de prazo a defesa impetrou habeas corpus neste Tribunal pugnando pelo relaxamento da prisão preventiva [...]

Cumpre destacar que a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Segundo os autos, o paciente foi denunciado pela prática de latrocínio consumado e associação criminosa e, por ocasião do recebimento da denúncia, em **18/12/2009**, foi decretada a prisão preventiva. O mandado prisional foi cumprido, tão-somente, em **27/10/2016**, no Estado da Paraíba.

Consoante informações prestadas, a realização da audiência de instrução e julgamento tem sido prejudicada pela deficiência estatal, inviabilizando a presença do réu ao ato instrutório. No caso, designada a primeira data para o dia 12/4/2018, foi sucessivamente reagendada a audiência de instrução e julgamento para os dias 25/4/2018, 13/6/2018 e 22/8/2018, não logrando, até o momento, concluir-se a instrução processual, embora tenha sido ouvidas algumas testemunhas.

Nesse contexto, evidencia-se o constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa, pois o paciente, embora no curso da ação penal possa ter contribuído para sua delonga, não deu causa à atual mora processual, perdurando a prisão desde 27/10/2016, ou seja, há pouco mais de 3 anos.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente ANDISSON GOMES DA SILVA, o que não impede nova e fundamentada decretação de necessárias cautelares penais, inclusive menos gravosas que a prisão processual, esta última fundamentada exclusivamente por fatos novos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO

Relator